



**VIII CONFERÊNCIA ANUAL
RELOP**

**REGULAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO
RUMOS DA MATRIZ REGULADORA DA CPLP**

Sector Eléctrico de Angola

**Revisão da Lei Geral de Electricidade
2015**

Apresentação de :

Dr. Marino Bulles
Jurista do Gabinete de Assessoria Jurídica do IRSE

São Tomé e Príncipe , 2 de Setembro de 2015



AGENDA



Promulgação da Lei Geral de Electricidade e seu impacto no Sector Eléctrico

Factores de destaque que alicerçaram a revisão da Lei Geral de Electricidade;

Principais alterações introduzidas na revisão da Lei;

Epígrafes e/ou Artigos com alterações de destaque na revisão;

Regulamentação específica , a criar e a alterar no quadro da revisão da Lei.





Promulgação Lei Geral de Electricidade E seu impacto no Sector Eléctrico em Angola;



Promulgação da Lei Geral de Electricidade e seu impacto no Sector Eléctrico em Angola

Década de 90

Desencadeada acções conducentes a Reforma Legal e Institucional do sector Eléctrico;

Marco mais Importante:

★ **Promulgação da Lei Geral de Electricidade, Lei 14-A/96 de 31 de Maio**

Define o regime em que se processam as actividades de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e o estabelecimento de regulamentação complementar para as respectivas actividades.



Define a criação da Entidade Reguladora, O IRSE - Instituto Regulador do Sector Eléctrico, cujo Estatuto é aprovado em 2002



**Factores de destaque que alicerçaram a revisão
da Lei Geral de Electricidade;**



Factores de destaque que alicerçaram a revisão da Lei Geral de Eletricidade

A revisão da Lei emerge de um conjunto de factores dos quais se destacam os seguintes como fundamentais

- Alterações sociais e económicas volvidos 19 anos após a promulgação da Lei;
- Consagração da nova *Constituição* aprovada aos 5 de Fevereiro de 2010
- A definição da *Política e Estratégia de Segurança Energética Nacional*, aprovada pelo Decreto Presidencial nº 256/11 de 29 de Setembro.

Que define :

- ✓. Principais orientações estratégicas para o sector energético;
- ✓. Redefine o enquadramento institucional do subsector Eléctrico.



Fatores de destaque que alicerçaram a revisão da Lei Geral de Electricidade

- Harmonização do texto da Lei com um conjunto de Diplomas, visando a coerência legislativa:

Destacando-se :

Diplomas

Lei 5/02, de 16 de Abril – Lei de Delimitação dos Sectores da Actividade Económica;

Lei 20/10 de 7 de Setembro – Lei da Contratação Pública ;

Lei 2/11 de 14 de Janeiro Lei das Parcerias Público – Privadas



Principais alterações introduzidas na revisão da Lei Geral de Electricidade



Principais alterações introduzidas na revisão da Lei;

- Melhor definição do regime de exercício das actividades do Sistema Eléctrico Público;
- Clarificação das modalidades de Concessões e Licenças com a definição clara sobre quando se aplica o conceito de Concessão ou Licença;
- Melhor precisão das formas de extinção das Concessões e Licenças;
- Clarificação das competências e atribuições da Entidade Reguladora reforçando o seu papel de actuação;
- Estabelecimento de um Fundo de Electrificação Rural e a criação de uma Agencia Nacional de Electrificação Rural;
- Utilização de equipamentos de pré-pagamento no sistema de medição de consumos, permitindo a cobrança antecipada ;



Principais alterações introduzidas na revisão da Lei;

- Definição da actividade de Comercialização com autonomia no seu desenvolvimento como actividade segmentada na cadeia da Industria do Fornecimento de Energia Eléctrica;
- Dispensa de Concurso Público para a outorga de concessão as entidades públicas ou controladas pelo Estado
- Clarificação e reforço dos direitos dos Consumidores ;
- Melhor definição dos Auto Produtores e Produtores Independentes que se interligam ao Sistema Eléctrico Público;
- Definição do regime de livre concorrência para as actividade de produção e distribuição quando destinada total ou parcialmente ao abastecimento público;



Epígrafes e/ou Artigos com alterações de destaque na revisão da Lei



Epígrafes e/ou Artigos com alterações de destaque na revisão;

As alterações a Lei incidiram-se com maior destaque em 10 Epígrafes e 15 (Quinze) artigos dos 58 (Cinquenta e oito) artigos que contem a Lei; passando com a revisão a ter 55 artigos resultando de ajustamentos de artigos e a supressão de 1 (um);

Das Definições

Melhorado com a introdução de novas definições ou termos constantes do texto da Lei;

Dos Princípios Gerais :

Caracteriza melhor o âmbito do regime das actividades e as formas em que se processam os serviços de abastecimento público.

Do Fundo de Electrificação Rural :

Define a criação da Agencia e do Fundo de Electrificação Rural;

Da Constituição e Regime de Exercício do Sistema Eléctrico Público:

Caracteriza e clarifica as actividades do serviço público e as actividades que se processam em regime de auto produção e produção independente;



Epígrafes e/ou Artigos com alterações de destaque na revisão;

Dos Direitos e Deveres dos Consumidores

Reforçou-se os deveres e direitos do consumidor, observando-se a coerência legislativa com a Lei de Defesa dos Consumidores

Da Entidade Reguladora

Caracteriza melhor as atribuições e competências da Entidade Reguladora, reforçando a o seu papel de actuação.

Das Concessões

Define as actividades e em que situações se deve requerer e outorgar uma concessão, bem como define as competência;

Da Extinção das Concessões

Caracteriza com mais precisão as formas de extinção das concessões;

Das Licenças

Define uma nova classificação das Licenças processando-se somente na distribuição dos sistemas isolados e na Comercialização e define os prazos de duração;

Da Medição dos Consumos

Estabelece a utilização do medidor de pré – pagamento.



**Regulamentação específica, a criar e a alterar
no quadro da revisão da Lei**



Regulamentação específica, a criar e a alterar no quadro da revisão

Regulamentação a Criar;

Estabelecimento de Critérios e regras para utilização de Contadores Pré – Pagos;

Bases de Licenciamento de Produtores Independentes.

Bases de Licenciamento para actividade de Comercialização de Energia Eléctrica.

Regulamentação a alterar;

Regulamentos aprovados em 2001 e 2004

- Da Produção,
- Da Distribuição
- Do Fornecimento de Energia Eléctrica
- Do Licenciamento das instalações de Produção e distribuição;

Regulamentos que aguardavam aprovação

- Bases de Concessões de Centro Electro produtores
- Bases de Concessões de Distribuição em BT , MT e AT
- Do Transporte
- Dos Sistemas Isolados;



OBRIGADO!



IRSE

Rua do M.A.T., Complexo Administrativo Clássico do Talatona,

Edifício nº 5, Porta 2, 6º Andar,

Telef . (244) 929 330 310

Luanda - Angola

www.irse.gov.ao